

Vivendo sob o domínio de outros: autonomia e independência dos portadores de deficiência

Eliane Ferrari Chagas*

Carlos Botazzo**

A violência é usualmente percebida como expressão de ações ligadas à delinqüência e à criminalidade. Esta é uma visão que está presente no senso comum e, portanto, instalada na sociedade. Mas se enxergarmos a violência como Minayo (1997) retrata, e que outros trabalhos conjungam (RISTUM E BASTOS, 2004), poderíamos enxergar outras formas, não raro sutis, das quais lembramos a violência do domínio ou do controle de algumas pessoas ou instituições sobre outras pessoas. Nesta perspectiva, a violência localiza-se em outra categoria em que Ristum e Bastos (2004) estabeleceram. Tais categorias foram postas pela sua natureza e interação causal designando as categorias de causas pessoais e de causas contextuais. Na primeira, há referência sobre o consumo de drogas, o desequilíbrio emocional ou temperamento. Na concepção contextual, a violência comparece de maneira mais ampla, no campo da política, da economia, da cultura. A pobreza, a exclusão social ou a discriminação social são exemplos desta categoria, que considera os sistemas ou estruturas sociais pelos quais as pessoas sofrem os processos violentos de uma sociedade. Ao focarmos o indivíduo ou seu grupo e suas relações de domínio e de desrespeito ao outro ou a seu ambiente, pode ser aqui retratada uma explicitação da violência que Minayo (1997) apresenta e classifica como estrutural. Cabe ressaltar sua citação de Boulding que relata que esta conformação “influencia as práticas de socialização, levando os indivíduos a aceitar ou infligir sofrimentos, segundo o papel que lhes corresponda, de forma naturalizada” (apud Minayo, 1994, p. 3).

Dentro deste entendimento, seria interessante refletir sobre esta violência, muitas vezes presente, inconsciente ou não, na vida das pessoas portadoras de deficiência e que passa a interferir nas suas conquistas como cidadã. O domínio e o controle de outros sobre os desejos e anseios destas pessoas não seria uma forma de interferir no processo de sua autonomia e independência? Que posição pode assumir diante do controle e do domínio de outras pessoas sobre sua vida? Para se buscar uma autonomia e independência, a pessoa portadora de deficiência necessita exercer sua cidadania. Porém, sua cidadania e, em conjunto, sua autonomia e independência podem ser prejudicadas pela sua incapacidade pessoal – e não somente física – de se posicionar diante da vida. A família, os profissionais que as atendem ou as instituições

para pessoas portadoras de deficiência ajudam a construir esta autonomia e independência pessoal?

Uma pessoa independente é uma pessoa que tem a capacidade de decisão, além da capacidade de execução. A capacidade de execução diz respeito à autonomia, ou seja, ao domínio relativo sobre o ambiente físico e social (SASSAKI, 1997). Se a pessoa consegue transpor uma elevação para chegar à calçada, isso significa autonomia, mas se ela não consegue ultrapassar o obstáculo físico e, necessitando de ajuda de outra pessoa, solicita o auxílio, ela pode não ter autonomia, mas possui independência. Nesse ponto de vista, diante de sua incapacidade e limitação, decide, solicita e determina por si mesma o que precisa.

O núcleo parental é de fundamental importância na busca desta independência. Os pais, os filhos, os parentes e os amigos mais próximos são cuidadores “naturais” e devem favorecer e estimular a pessoa com deficiência para que tenha sua própria vida. Uma criança com deficiência precisa brincar, ir à escola ou ao parque como outra qualquer. Quando adolescente, tem vontade de sair, namorar. Em todas as idades, precisamos de oportunidades para irmos em busca do que queremos e de nossos objetivos. Os cuidadores não devem colocar impedimentos injustificados, dificultando e limitando o seu desenvolvimento como pessoa de acordo com as fases da vida. A discriminação nasce no próprio domicílio. Um adulto ou um velho que se torna portador de deficiência e que, por isso, é impedido, transitoriamente, de realizar seu trabalho, pode retornar à sua atividade; porém, quantos não voltam? Não pela incapacidade para aquele trabalho ou por dificuldades em realizar adaptações para seu retorno; muitas vezes, ele mesmo se acha incapaz ou com vergonha de sua situação. Não é necessário repensar isto tudo? A autonomia e a independência começam por nós mesmos e elas precisam ser alcançadas também junto aos mais próximos. A família não precisa ser super-protetora. Para cuidar adequadamente, no entanto, ela tem que oferecer o básico, ensinar como fazer, deixar fazer, exigir também, dar limites, mas não limitar a vida.

* Fisioterapeuta, doutoranda pelo Instituto de Saúde, área de saúde coletiva.

** Orientador, Professor Doutor, Instituto de Saúde, SES – SP.

Ser portador de deficiência não é sinônimo de incapacidade. A limitação excessiva dada pela família ou a execução de ações por outros não beneficiam a pessoa, mas tiram dela o direito de administrar a própria vida, de realizar o seu próprio desejo.

Pensando neste caminho, os profissionais que atendem estas pessoas necessitam oferecer condições para a busca da autonomia do portador de alguma deficiência. Utilizar seus conhecimentos para, junto com estas pessoas, proporcionar condições de autonomia e facilitar a obtenção da independência. Porém, há que se pensar: o profissional exerce este papel? Por isso, os profissionais das diversas áreas necessitam, junto com a pessoa com deficiência, viabilizar condições de autonomia capacitando-a física e socialmente. Viabilizar autonomia a estas pessoas também diz respeito ao ambiente em que vivem. Profissionais necessitam proporcionar um ambiente adequado a todos, o que nem sempre é conseguido, o que não significa deixar de ser considerado. Como a vida desta pessoa ultrapassa o ambiente clínico, e também não pertence ao profissional, a relação de poder que o profissional pode estar exercendo sobre seus “pacientes” não seria uma forma de violência que, às vezes, nem se percebe e que está enraizada no cotidiano?

Quando pensamos em cuidados excessivos, não devemos nos esquecer das instituições e associações que prestam atendimentos e cuidam de pessoas portadoras de deficiência. Estas instituições exercem um papel muito importante na vida destas pessoas, nem sempre judiciosamente avaliado, nem mesmo quanto à condição em que ocorre. Não podemos deixar de lado que,

historicamente, há uma forte inclinação assistencialista quando se trata da pessoa com deficiência.

É importante que se considere estas questões e que reflitamos sobre o quão vicioso pode ser o domínio e o poder de interferência das instituições – familiares, profissionais e serviços – na condução das questões aqui assinaladas. Na posição de submissão, não raro a pessoa portadora de deficiência passa a se orientar pela ótica do dominador, deixando de ter o seu próprio direito de escolha e ações. Esta é uma atitude violenta que, muitas vezes, se faz presente. A sociedade precisa dar conta do “seu” deficiente sem, todavia, decidir por ele. Os direitos do cidadão começam pelo direito elementar de decidir o que ele próprio quer.

Referências Bibliográficas

MINAYO, Maria Cecília S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol.10, supl.1, 1994. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 30 mai. 2004.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA. 1997. 176pp.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília S. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. *Ciência & Saúde Coletiva*. Vol. 9, n. 1, p.225-39, 2004.

